

**Dinâmicas das organizações em rede no terceiro setor na perspectiva dos atores sociais
que atuam em uma rede social no município de Ijuí – Rio Grande do Sul/Brasil**

**Dynamics of network organizations in the third sector from the perspective of social
actors working in a social network in the municipality of Ijuí - Rio Grande do Sul/Brazil**

**Dinámicas de las organizaciones en rede en lo tercer sector en la perspectiva de los
actores sociales que actúan en una rede social en el condado de Ijuí- Rio Grande do
Sul/Brasil**

Recebido: 09/12/2020 | Revisado: 14/12/2020 | Aceito: 18/12/2020 | Publicado: 24/12/2020

Taciana Angélica Moraes Ribas

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7255-3793>

Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil

E-mail: taciana.ribas@sou.uniu.edu.br

Marcel Metogbe

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3716-9585>

Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil

E-mail: metogbemrcel@gmail.com

Sérgio Luís Allebrandt

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2590-6226>

Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil

E-mail: allebr@unijui.edu.br

Argemiro Luis Brum

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8763-9514>

Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil

E-mail: argelbrum@unijui.edu.br

Maria Margarete Baccin Brizolla

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-5120-0729>

Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil

E-mail: marga.brizolla@unijui.edu.br

Roseli Fistarol Krüger

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8211-0163>

Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil

E-mail: rfistarol@gmail.com

Kátia Michele Maroski

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9041-2591>

Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil

E-mail: katiamichelem@yahoo.com.br

Resumo

Este trabalho teve por objetivo analisar as dinâmicas da atuação de uma rede social que opera no campo do terceiro setor, apoiando e fortalecendo instituições que amparam pessoas que estão em vulnerabilidade social no município de Ijuí/RS – Brasil, bem como compreender quais as perspectivas dos atores sociais envolvidos. Como referencial teórico, os conceitos de Teoria de Redes e Terceiro Setor nortearam este estudo, o que permitiu aos pesquisadores um aprofundamento sobre estas teorias, o que proporcionou a análise geral deste estudo. Esta pesquisa, de caráter interpretativo e essencialmente qualitativo, constitui-se em estudo de caso, com triangulação de técnicas de coleta de dados e métodos de análise, utilizando questionário com questões abertas e escala likert, tendo como sujeitos os atores sociais que participam da rede; análise documental e a observação participante decorrente da atuação de pesquisador na rede pelo período de 2 anos e meio. Os resultados da pesquisa permitiram identificar que a rede é formalmente constituída, e que é vista como muito importante para o fortalecimento das entidades associadas, em que as ações permitem uma maior visibilidade das mesmas. No entanto, também se constatou que a situação atual de pandemia do Covid-19, vem sendo prejudicial e desafiadora ao desenvolvimento pleno das atividades da rede e de seus associados.

Palavras-chave: Solidariedade; Integração; Vulnerabilidade social; Sociedade civil.

Abstract

This academic work had as goal to analyze the dynamics of the action from a social net which operates in the third sector field, supporting and strengthening the institution that sustain people who are in social vulnerability in the county of Ijuí/RS – Brazil, as well as to comprehend what are the perspectives of the social actors involved. As theoretical referential, the concepts of the Net Theory and Third Sector oriented this study, what allowed the researchers to deepen their knowledge about this theories, which provided the general analysis of this study. This research, from interpretative feature and essentially qualitative, is built in case study, with technical triangulation of data collect and analysis methods, using

quizzes with open questions in likert scale, having as subjects the social actors that participate in the net; documental analysis and the participant observation due to the action of the researcher in the net through the period of 2 and a half years. The results of the research allowed identifying that the net is formally constituted, and that is saw as very valuable to the strengthening of the associated entities, where the actions allow a higher visibility to this ones. However, it was also found verified that the current Covid-19 pandemic situation, has been being harmful and challenging to the full development of the net activities and its associates.

Keywords: Solidarity; Integration; Social vulnerability; Civil society.

Resumen

Este trabajo tuvo por objetivo analizar las dinámicas de la actuación de una red social que opera en el campo de el tercer sector, apoyando y fortaleciendo instituciones que amparan personas que están en vulnerabilidad social en la ciudad de Ijuí/RS – Brasil, así como comprender cuales son las perspectivas de los actores sociales involucrados. Como referencial teórico, los conceptos de la Teoría de Redes y Tercer Sector guiaron este estudio lo que permitió a los pesquisadores un profundizado acerca de estas teorías, algo que proporcionó un análisis general de esto estudio. Esta pesquisa, de carácter interpretativo y esencialmente cualitativo, inscribe-se cómo un estudio de caso, con triangulación de técnicas de colecta de dados y métodos de análisis, utilizando cuestionario con cuestiones abiertas y escala likert, teniendo como sujetos los actores sociales que participan de la red; análisis documental y la participación y actuación en la red por lo período de 2 años y medio. Los resultados de la pesquisa permitieron identificar que la red es formalmente constituida, e que es vista como mucho importante para el fortalecimiento de las entidades asociadas, donde las acciones permiten una visibilidad más grande de estas. Sin embargo, también fue constatado que la situación actual de pandemia de el Covid-19, ha sido prejudicial a el desenvolvimiento de las actividades de la red y de suyos asociados.

Palabras clave: Solidaridad; Integración; Vulnerabilidad social; Sociedad civil.

1. Introdução

Este estudo tem por objetivo abordar as dinâmicas de organizações em rede que atuam no terceiro setor. Essa discussão intensificou-se nas duas últimas décadas, quando se adota o conceito de redes como uma alternativa prática de organização, que possibilita orientar

processos que qualificam a metodologia de responder às demandas de flexibilidade, conectividade e descentralização das esferas contemporâneas de atuação e articulação social.

Essa percepção de se trabalhar “parcerias e redes constituem-se como uma alternativa para o fortalecimento institucional e aumento da competitividade, em especial para micro, pequenos e médios empreendimentos” (Zanco, Corbari & Alves, 2018, p. 233), nos mais diversos segmentos, em que se percebe uma maior amplitude nas iniciativas que tenham cunho social.

As redes surgem entre diferentes tipos de organizações que reconhecem na cooperação uma estratégia para aumentar a competitividade pelo compartilhamento de informações, marketing, tecnologia, oportunidades e riscos. Essas alianças se concretizam sob as mais diferentes formas que vão desde acordos informais, redes de cooperativas até fusões empresariais, dependendo das intenções e objetivos almejados (Zanco, Corbari & Alves, 2018, p. 234).

Assim, tendo em vista uma realidade que demanda o desenvolvimento de novas estratégias de sobrevivência – mais intensamente neste ano em que fomos acometidos por uma pandemia mundial, Covid-19, é que se verifica que as pessoas e empresas, seja da iniciativa privada, do setor público ou do terceiro setor, estão buscando alternativas para se reinventar perante os novos desafios, a fim de manter-se firmes frente a um mercado heterogêneo e imediatista.

A palavra do momento é “resiliência”, em que as relações entre sujeitos por meio do diálogo, da informação compartilhada e do conhecimento adquirido, acentuam a troca e correlação entre indivíduos e organizações, levando em consideração a organização de redes para a superação dos problemas e fortalecimento das entidades que se organizam em grupo.

Desta forma, os associados se relacionam neste grupo, intermediando negociações, trocas e concessões, acarretando no empoderamento destas organizações. Verifica-se ainda que neste contexto, cada participante tem seu poder de influência em que compartilham valores e interesses (Pinto & Junqueira, 2009).

São diversos os segmentos que acabam por organizar-se em rede. Cada um, com seus objetivos, busca a melhoria da coletividade dos associados neste grupo. Para este estudo, os pesquisadores escolheram analisar uma rede de integração social com associadas do terceiro setor, no intuito de avaliar se a mesma proporciona aos seus integrantes o fortalecimento e visibilidade de suas instituições.

O terceiro setor se define por iniciativas que articula profissionais que visam a colaboração participativa, percebida como meio eficaz de realizar transformações sociais.

As redes de organizações sociais são constituídas por grupo de indivíduos e entidades do terceiro setor, que vão construindo e reconstruindo a estrutura social. Essa conexão se dá por meio das relações sociais que se manifestam de maneiras diversas e expressam a complexidade do mundo social (Pinto & Junqueira, 2009, p. 1093).

Neste contexto, o campo de ação que constitui a luta contra a exclusão e a pobreza dificilmente pode ser outra coisa senão um local de encontro, uma interface ou mesmo potencialmente um elo entre os atores do terceiro setor (Camus, 2014¹).

Garantir um sistema de proteção social justo, unido e sustentável, é um imenso desafio em um contexto econômico diferente. É aqui que entram as organizações do terceiro setor. Elas podem mobilizar recursos e meios com menos dependência de dinheiro, porque sabem como compensá-lo (e às vezes substituí-lo) por paixão, competência, generosidade e comprometimento. A sinergia do terceiro setor é uma resposta essencial ao desafio da sustentabilidade dos sistemas de proteção social (Camus, 2014).

Assim, se verifica que é importante e necessário que haja interlocução e parcerias públicas com entidades e organizações que não visam lucro, pois isto tem gerado impactos positivos no desenvolvimento local (Dutra et al., 2020) e tem se apresentado como finalidade central “a criação e elaboração de redes interorganizacionais, despertando o interesse por estudos de casos de modo a verificar a importância real dessas redes de atuação para a população da área contemplada (Dutra et al., 2020, p. 9).

Para a realização deste trabalho, os investigadores optaram por estudar um formato de rede que opera integrando entidades que atuam no terceiro setor, que atua no “aumento da solidariedade das pessoas”, não visa o lucro, mas sim, o suficiente para manter suas estruturas a fim de dar continuidade em seus trabalhos, que é apoiar pessoas que estão em situação de vulnerabilidade social, ou causas que precisam de um olhar especial, como o meio ambiente, animais, etc.

Neste sentido, este estudo objetivou de modo geral analisar como as organizações do terceiro setor que fazem parte desta rede de integração social, se organizam para sobreviver no mundo da solidariedade, a fim de apoiar as pessoas em situações de vulnerabilidade social.

Quanto aos objetivos específicos, buscou-se o aprofundamento do conhecimento teórico sobre redes e terceiro setor, descrição e análise das dinâmicas de uma rede que visa apoiar/fortalecer Organizações Não Governamentais (ONGs) ou Organizações da Sociedade Civil (OSCs).

¹ Leitura, tradução e interpretação feita pelos autores do artigo.

O presente artigo está estruturado, além desta introdução, em apontamentos metodológicos, que aborda os procedimentos de coleta de dados e métodos de análise; referencial teórico em que se buscou um aprofundamento dos conceitos sobre organizações em redes e terceiro setor; apresentação da rede locus do estudo, com breve histórico desde sua criação; resultados e discussões em que se buscou fazer o delineamento dos conceitos abordados com a realidade da rede estudada, seguido das considerações finais, que traz as interpretações dos pesquisadores sobre os resultados encontrados, finalizando com as referências.

2. Apontamentos Metodológicos

O presente estudo pode ser classificado como uma pesquisa interpretativa, pois é uma “investigação que depende muito da definição e da redefinição dos [pesquisadores] sobre os significados daquilo que veem e ouvem” (Stake, 2011, p. 46). Portanto, é um estudo essencialmente qualitativo, ainda que utilize entre as técnicas de coleta de dados questionário do tipo levantamento com escala Likert.

A pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (Minayo, 2001, p. 14).

Entre as estratégias qualitativas recomendadas por Creswell (2010), optou-se pelo estudo de caso, ou, como prefere Godoi, Bandeira-de-Mello e Silva (2006, p. 124) o estudo de caso interpretativo, pois, “além de conter uma rica descrição do fenômeno estudado, busca [...] desenvolver categorias conceituais que possibilitem ilustrar, confirmar ou opor-se a suposições teóricas”.

Também Pereira et al. (2018, p. 65) informam que o estudo de caso “é uma descrição e análise, a mais detalhada possível, de algum caso que apresenta alguma particularidade que o torna especial”. Além disso, de acordo com Yin (2005), em um estudo de caso, o pesquisador deve objetivar a vinculação de dados empíricos às questões iniciais do estudo de forma lógica, proporcionando fazer uma análise real. Yin (2005) complementa que o olhar descritivo permite observar e descrever os atributos de fenômenos específicos, no caso deste estudo uma rede de integração social.

O lócus da pesquisa é a Rede de Integração Social, integrada por onze entidades filantrópicas que atuam no município de Ijuí, RS.

No que se refere às técnicas de coleta de dados, adotou-se a triangulação das técnicas de observação participante, busca documental e aplicação de questionários com questões escala likert e questões abertas.

Decorrente desta opção, os métodos de análise utilizados foram a análise documental, a análise interpretativa das falas dos sujeitos e das respostas às questões do tipo escala likert, num processo de triangulação incorporando elementos da análise de conteúdo (Bardin, 1997), sempre à luz dos elementos teóricos abordados no referencial teórico.

Os sujeitos da pesquisa foram os respondentes dos questionários, enquanto representantes das associadas da Rede, bem como os participantes das reuniões regulares da Rede durante o período de dois anos em que um dos pesquisadores atuou ativamente como observador participante da Rede.

3. Referencial Teórico

Esta seção tem por finalidade a contextualização acerca do entendimento de Teoria de Redes e Terceiro Setor, de modo a delinear a importância da atuação das ONGs/OSCs no desenvolvimento social e econômico das pessoas, bem como, apontar o quanto é significativo na “vida” destas entidades quando as mesmas se organizam em redes, de modo a fortalecerem suas estruturas, e, assim, poder manter-se e ao mesmo tempo, ampliar seus trabalhos.

3.1 Teoria de redes

Estudos acadêmicos apontam que a análise de redes tem sido alvo de pesquisadores de diversas áreas do conhecimento, em que essas organizações (associadas às redes) têm sido colocadas como preconizadoras de alternativas que acarretam o desenvolvimento, em que buscam compreender a atuação das mesmas sobre a vida das pessoas, tendo por base as afinidades relacionais entre os sujeitos/indivíduos dentro de uma estrutura organizacional em formato de redes (Marteleto & Oliveira e Silva, 2004).

Os mesmos autores afirmam que redes são sistemas compostos por *nós* e conexões entre eles, que na ótica das ciências sociais, são constituídos por atores sociais – indivíduos, grupos, organizações – que se inter-relacionam.

Cunha, Passador J.C. e Passador C.S (2011), abordam a questão da organização em redes, partindo da ideia de Simmel (1955), que aponta que as “vantagens das alianças e dos relacionamentos tem origem nos estudos referentes às relações pessoais dos indivíduos”, partindo do pressuposto de que as diversidades de relações sociais podem acarretar em ganhos para o indivíduo. É interessante pensar nesta ideia, pois quando grupos se organizam em redes, estes buscam solucionar demandas individuais, ao mesmo tempo, que visam atender ao coletivo deste grupo.

Estes grupos se organizam buscando similaridades – familiares, religiosas, por afinidade, entre outras – que objetivam solucionar demandas que atendam ao coletivo, partindo de “pressões psicológicas pelo estabelecimento dessa variedade de afiliações, geradoras de uma multiplicidade de níveis de realidade em que esse indivíduo está inserido” (Simmel, 1955 *apud* Cunha, Passador J.C. & Passador C.S, 2011, p. 506).

Neste caminho é que se percebe que a formação de alianças se torna benéfica, uma vez que são inúmeras as vantagens que a organização em redes proporciona, entre elas o compartilhamento de recursos, sejam estes explícitos ou não (Granovetter, 1973²).

A organização em rede impacta positivamente seus associados, uma vez que estes unem forças, ampliando suas influências e poder de negociação, explorando suas potencialidades e fortalecendo suas fraquezas.

Granovetter (1973) aponta que as relações nos processos interpessoais das instituições organizadas em redes, propiciam uma interlocução entre um ambiente micro e macro, proporcionando negociações mais frutíferas aos seus associados. A este movimento, o autor chama de “Força dos Laços” (Granovetter, 1973, p. 1361). Ainda sugere, ancorado em Homans (1950) que “quanto mais as pessoas interagem umas com as outras, tornam-se mais forte nas amizades entre si” (Granovetter, 1973, p. 1362).

Partindo deste pressuposto, se pode imaginar que, quanto mais os indivíduos se organizarem em grupos, visando os mesmos objetivos, os mesmos tornam-se mais competitivos, aumentando assim sua produtividade, ao mesmo tempo que ampliam suas possibilidades e suas amizades.

A organização em redes é vista por Granovetter (1973) como sendo muito importante para as instituições associadas, pois a ligação do micro ao macro, oportuniza o desenvolvimento de ambos, ao mesmo tempo que fortalece a integração dos indivíduos na

² Leitura, tradução e interpretação feita pelos autores do artigo

comunidade e as relações entre as organizações, de maneira especial, as econômicas, pois estas são marcadas pela realidade social em que estão inseridas.

Cunha, Passador J.C. e Passador C.S. (2011), se reportam a ideia de que as organizações em redes, de acordo com alguns autores:

São a forma em que os mercados de negócios são socialmente construídos numa determinada realidade social (Hedda e Törnroos, 2008), que na lógica de redes interorganizacionais, detêm elementos sociais de seu ambiente que influenciam as organizações participantes a se comportarem e a tomarem decisão dentro dos valores socialmente estabelecidos. Pode, inclusive, ocorrer o fenômeno do isomorfismo (Dimaggio e Powell, 1983), em que as organizações participantes imitam o ambiente social da rede (Ordanini, Rubera e Defillippi, 2008). Por essas razões, é aceito que as redes influenciam profundamente a conduta e o desempenho das organizações participantes (Gulati, Nohria & Zaheer, 2000). (Cunha, Passador J.C. & Passador C.S. 2011 p. 511).

Esse comportamento, de organização em redes, mostra o quanto os seres humanos podem agir criativamente a ponto de criar alternativas para moldar a realidade, ajudando na construção econômico-social de todos os envolvidos.

A organização de empresas e entidades sociais em redes, oportuniza o aumento da capacidade de estabelecer vantagens competitivas e visibilidade de todos os associados, além de aproximar pessoas e/ou grupos que tenham os mesmos interesses e objetivos.

Rodrigues (2006) afirma que a inter-relação entre empresas organizadas em rede, facilita a construção de ações que venham a fortalecer todos os associados, principalmente quando se trata em reduzir custos e melhorar a lucratividade e, ao mesmo tempo, a visibilidade de todos.

A articulação de uma rede pode favorecer as negociações, partindo de um ambiente micro para o macro, dando ênfase a incentivos e articulações regionais, encontros presenciais e construção de um informativo, aproximando organizações, oportunizando aos seus participantes encontros presenciais, bem como, a articulação efetiva de informações e conhecimentos, criando um ambiente mais cooperativo e participativo, assegurando que os integrantes da rede, fiquem mais atentos às ações da mesma (Rodrigues, 2006).

A estrutura de rede, é “um conjunto de participantes autônomos, unindo ideias e recursos em torno de valores e interesses compartilhados” (Marteleto, 2001, p.72).

Esse sentimento de relacionar-se a fim de interesses comuns, acaba sendo o cerne das organizações em rede, pois esta ação

Corresponde à capacidade humana de desencadear o novo, e o espaço adequado à sua manifestação, do qual ela depende para adquirir a realidade, é o domínio público, o local adequado para a excelência humana, que sempre demanda a presença de outros, do público constituído de pares do agente e que garante a realidade do mundo e de nós mesmos (Arendt, 2015, p. 42).

Para Arendt (2015), cada indivíduo se torna relevante como sendo um edificador de mundos, ou de mundos comuns. Podemos ver aqui, a importância do sujeito como um articulador nas ações que visem a coletividade, acarretando no fortalecimento dos mesmos. Esse seria um ideário para a convivência em sociedade.

A mesma autora ainda enfatiza que o indivíduo é dotado de muita resiliência, capaz de se auto organizar frente às mudanças. Ela aponta ser “evidente que o homem é dotado, de uma maneira altamente maravilhosa e misteriosa, do dom de fazer milagre [...], ele pode agir, tomar iniciativas, impor um novo começo” (Arendt, 2004, p. 04).

Neste contexto, as redes objetivam atender às necessidades básicas das associadas, tornando-se essenciais para a competitividade econômica das mesmas (Granovetter, 1985 *apud* Smith-Doerr & Powell, 2005). As redes permitem trocas formais, na forma de agrupamento de ativos ou na provisão de recursos, entre duas ou mais partes que envolvem interação contínua, a fim de extrair valor da troca:

As redes, visam estabelecer parcerias e fortalecer sinergias, a fim de fortalecer o tecido econômico do ambiente em que se baseiam. Esses relacionamentos de rede podem ser estabelecidos por necessidade mútua, mas também podem levar à interdependência e interações repetidas que reduzem a necessidade de controle formal (Smith-Doerr & Powell³ 2005, p. 379).

O impacto das redes no desempenho econômico das organizações é profundo, muito embora, os resultados dependem do contexto em que estão inseridos. As redes são a estrutura relacional da vida social e econômica:

O contexto institucional em que os links de rede são formados e governados molda amplamente a distribuição do acesso aos recursos da rede. Quando esse acesso é mais amplamente distribuído e os recursos e informações podem ser obtidos por meio de múltiplos canais, as conexões podem levar a atividades, oportunidades e aprendizado empresariais. Porém, quando o acesso à rede é restritivo e produz um fechamento social, as conexões podem aumentar os hiatos entre os que têm e os que não têm. (Smith-Doerr & Powell 2005, p. 394).

³ Leitura, tradução e interpretação feita pelos autores do artigo.

Em suma, as organizações que se reúnem em redes, podem orientar suas ações pautadas no consenso, pela ótica do associativismo voluntário, que busca atender as demandas coletivas dos participantes tornando-as comuns, empoderando os diversos atores envolvidos na construção da rede, e não apenas pautados em ações preconizadas por uma única pessoa.

3.2 Terceiro setor

As instituições que atuam no campo das ações não governamentais, denominadas Organizações não Governamentais (ONGs), e mais recentemente Organizações da Sociedade Civil (OSCs), são organizações que não preveem o lucro. Atuam em diferentes dimensões, entre as quais a ambiental, de proteção, educação, saúde, bem-estar, pesquisa, desenvolvimento. São entidades filantrópicas e de assistência social, que apoiam e/ou amparam pessoas ou causas que necessitam de um olhar mais específico, e buscam atender demandas/lacunas não supridas pelo Estado. Estas entidades e organizações compõem o Terceiro Setor.

[...] o próprio Estado incentiva as organizações do terceiro setor a assumirem mais responsabilidades (Castells, 1980). [...] o comprometimento do governo com as organizações com a separação das funções de comprar e fornecer serviços públicos proporciona a base sobre a qual o terceiro setor vai crescer (Hudson, 1999) [...] ao lado das limitações fiscais, o Estado tem cada vez mais dificuldades em atender demandas sociais que crescem em complexidade e diversidade. O terceiro setor tem crescido em resposta às demandas da população não atendidas pelo Estado (Brown e Kalegaonkar, 2002) (Herckert, 2008, p. 32-33).

Caber lembrar que o Primeiro Setor se refere às organizações da Administração Direta e Indireta do Estado. Já o Segundo Setor reúne as empresas privadas que atuam no setor industrial, agropecuário, comércio, serviços, etc. Já o Terceiro Setor reúne as entidades não estatais, sem fins lucrativos, que oferecem serviços de interesse público (em parceria ou não com órgãos estatais e empresas privadas), através de trabalho voluntário ou assalariado (Pessoa, 2015).

Alves (2002), corrobora enfatizando que o Primeiro Setor corresponde ao Estado e é composto por agentes de natureza pública, que estabelecem ações visando a fins públicos (bens públicos), enquanto o Segundo Setor é constituído por agentes de natureza privada, que desenvolvem ações com finalidades privadas (bens privados), voltadas ao Mercado.

Acerca do entendimento de Terceiro Setor, Alves (2002), indica que são agentes de natureza privada que executam planos/ações objetivando fins públicos. Esses agentes também podem ser voluntários que tenham afinidades pela causa. O Quadro 1 sintetiza essa classificação.

Quadro 1. Disposição dos Agentes por Finalidades.

AGENTES	FINALIDADE	SETOR
Públicos	Pública	Estado – Primeiro Setor
Privados	Privada	Mercado – Segundo Setor
Sociais/Privados/Voluntários	Pública	ONGs/OSCs - Terceiro Setor

Fonte: Autores, adaptado de Alves (2002).

A partir desta concepção, é possível definir que o Terceiro Setor se caracteriza por atuar exercendo atividades que sejam, simultaneamente, não-governamentais e não-mercantis – não visam lucro (Alves, 2002).

As instituições do Terceiro Setor estão alicerçadas por Leis e Decretos. No Quadro 2 estão relacionadas as leis e decretos que compõem o marco regulatório das OSCs ao longo das últimas décadas.

Quadro 2. Evolução das leis que fundamentaram o marco regulatório das OSCs.

LEIS	DISPOSIÇÕES
Lei nº 9.637 de 15 de maio de 1998.	Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, a criação do Programa Nacional de Publicização, a extinção dos órgãos e entidades que menciona e a absorção de suas atividades por organizações sociais [...].
Lei nº 9.790 de 23 de março de 1999.	Discorre sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria [...].
Decreto Legislativo nº 3.100 de 23 de março de 1999.	Regulamenta a Lei nº 9.790, e dispõem sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria [...].
Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009.	Aborda sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social; regula os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social; altera a Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993; revoga dispositivos das Leis nos 8.212, de 24 de julho de 1991, 9.429, de 26 de dezembro de 1996, 9.732, de 11 de dezembro de 1998, 10.684, de 30 de maio de 2003, e da Medida Provisória no 2.187-13, de 24 de agosto de 2001 [...].
Lei nº 13.019 de 31 de julho de 2014.	Chamada de “novo marco regulatório”, substituindo as Leis 8.429 e 9.790, e estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; e altera as Leis nºs 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999 [...].

Fonte: Autores, extraído do site planalto.gov.br/Brasil.

A Lei 13.019 de 31/07/2014 só entrou em vigor em 2016, dando ênfase a uma nova denominação para as entidades sem fins lucrativos, que são as Organizações da Sociedade Civil (OSC). Esta expressão tende a substituir a denominação ONG, pois reflete melhor o trabalho/objetivos das instituições que são organizadas pela sociedade civil no intuito de atender as demandas/necessidades da sociedade (saúde, educação, assistência social, cultura, esporte, proteção de direitos da criança, adolescentes e idosos, proteção de animais e ao meio ambiente, etc.), enquanto ONG apenas informa que tais organizações não fazem parte do governo (Cazumbá, 2018).

Analisando o breve histórico destas disposições, se constata que as instituições do terceiro setor, estão reconhecidas legalmente, proporcionando que exerçam suas atividades de acordo com os objetivos definidos em seus estatutos e planos de atividades. Além disso, estas entidades são normalmente inscritas nos conselhos municipais gestores de políticas públicas (por exemplo o Conselho Municipal do Idoso, Conselho Municipal de Desenvolvimento Social, Conselho Municipal da Criança e Adolescente, etc.).

A institucionalização do terceiro setor com organizações da sociedade civil, sem fins lucrativos, tem sido discutida desde meados de 1970 (Tenório, 2008). Porém, apenas nos últimos anos têm se percebido a importância deste segmento, que surgiu para atuar como uma extensão da ação do Estado tradicional, e ampliar o espaço do próprio Estado, cobrindo lacunas de participação social (Costa & Rosa, 2003).

No Brasil, esse crescimento pode ser constatado pelos números apresentados pelo IPEA/2018 (Quadro 3), em que se contabiliza mais de setecentas e oitenta mil ONGs/OSCs estabelecidas no país, empregando cerca de dois milhões e duzentas mil pessoas, com destaque para a região Sudeste, que ultrapassa um milhão e trezentas mil pessoas (IPEA, 2018).

Quadro 3. Representação numérica de OSCs no Brasil (2010 – 2018).

Ano	Quantidade
2010	530.986
2011	554.625
2012	574.055
2013	568.961
2014	552.575
2015	525.591
2016	820.186
2018	781.921

Fonte: IPEA (2018).

A atuação é nas áreas da assistência social, educação, saúde, esportes e lazer, meio ambiente, geração de emprego e renda, artes e cultura, ciência e tecnologia, comunicação, segurança pública etc., sendo que as que atuam na defesa e garantia dos direitos humanos e em projetos de desenvolvimento social, foram as que mais se multiplicaram.

São organizações que estão se estruturando e se profissionalizando cada vez mais, pois para que possam fazer o trabalho que se propõem, é necessário capacitar as pessoas envolvidas – funcionários e voluntários – uma vez que enfrentam muitos desafios, e o mais evidente é a captação de recursos, vital para a sobrevivência.

Essa pode ser a tarefa considerada mais complexa, devido à necessidade de sensibilizar potenciais doadores, que se identifiquem com a causa trabalhada, e possam oferecer apoio ao público beneficiário. Estas OSCs acabam sendo interlocutoras entre as pessoas que querem fazer sua doação/contribuição a uma causa social, para as que necessitam deste apoio, fazendo com que a solidariedade chegue até elas.

Neste caminho, estas organizações enfrentam desafios, e necessitam trabalhar fortemente na captação de recursos de forma a garantir a sustentabilidade da entidade e atingir os objetivos institucionais. Por isso, trabalham interagindo, sempre que necessário, com o Estado, o mercado e, principalmente, com a comunidade.

Portanto, o Terceiro Setor reúne todo tipo de organização privada, sem fins lucrativos, que visa a produção de um bem coletivo (Coelho, 2000), ou seja, é composto de organizações

criadas e mantidas principalmente pela participação voluntária, em um âmbito não governamental, dando continuidade às práticas tradicionais da caridade, da filantropia e do mecenato e expandindo o seu sentido para outros domínios, graças, sobretudo, à incorporação do conceito de cidadania e de suas múltiplas manifestações na sociedade civil (Fernandes, 1997, p.27).

Estas organizações apresentam uma capacidade para trabalhar com as demandas sociais de forma consistente, ampliando cada vez mais seus serviços e apoiadores, como voluntários e empreendedores sociais, que compreendem a real necessidade e importância do terceiro setor.

Costa e Rosa (2003) apontam que o Terceiro Setor é visto por muitos com otimismo, pois estas organizações, além de atuarem sem prever lucros, ainda asseguraram a participação da sociedade, trabalhando no vácuo deixado pelo setor público.

As organizações do Terceiro Setor acabaram adotando um modo particular para os procedimentos de gestão, focando mais nas ações que possam acarretar mudanças sociais,

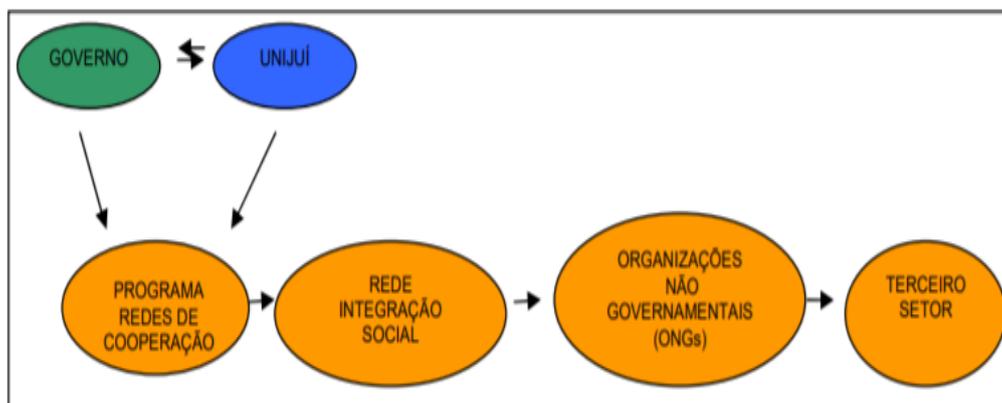
alicerçadas nos valores da solidariedade e confiança mútua (Teixeira, Costa Beber & Vitcel, 2007).

As Organizações do Terceiro Setor são instituições que se tornaram protagonistas no campo social, constituídas por agentes sociais (privados ou voluntários) sendo fundamental para o exercício da cidadania e uma significativa atuação na vida das pessoas, efetivando os interesses sociais, agindo em prol a coletividade, ampliando a solidariedade, motivando voluntários, e impactando positivamente na vida das pessoas, focadas no atendimento das demandas e melhoria da qualidade de vida, sem visar o lucro.

4. Apresentação da Rede

A rede estudada iniciou suas atividades no dia primeiro de setembro de 2006, no município de Ijuí/RS/Brasil e nasceu pela iniciativa e esforços de diversas organizações (Figura 1), com o apoio da equipe técnica da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Unijuí), no âmbito do Programa Redes de Cooperação⁴ do Governo do Estado, que atuou no processo de assessoria para a criação e desenvolvimento da rede.

Figura 1. Demonstração das entidades que participaram da iniciativa.



Fonte: Teixeira, Costa Beber & Vitcel (2007).

Nas primeiras reuniões identificaram as forças, oportunidades, fraquezas e ameaças (Matriz FOFA), técnica utilizada nos processos de planejamento e tomada de decisão (Quadro 4).

⁴ Este programa está inserido na Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo do Estado do RS e está em exercício há cerca de 15 anos. Foi criado com o intuito de motivar a cooperação entre empresas, gerar um ambiente estimulador ao empreendedorismo e disponibilizar suporte técnico necessário à formação, consolidação e desenvolvimento das redes (Redes de Cooperação, [s.d.]).

Quadro 4. Matriz FOFA da REDE.

FORÇAS	OPORTUNIDADES
Transformação, vida, educação, liberdade, trabalho em equipe, articulação com o meio externo, infraestrutura e equipe multidisciplinar.	Trabalho com crianças e adolescentes, apoio à comunidade, tendência à transdisciplinaridade, inovação, parcerias, voluntariado, processo de educação adequada, empresas, articulação política, instituições, movimento missionário e protocolo de ação conjunta.
FRAQUEZAS	AMEAÇAS
Falta de participação e conhecimento, burocracia, falta de recursos e capacitação, família abandonada, falta de estrutura física, perfil do colaborador e treinamento dos colaboradores.	Preconceito, situação econômica global, inversão de papéis, exclusão, falta de profissionalização, filiais sem estrutura, educação inadequada, falta de políticas públicas adequadas, falta de emprego, “comercialização e serviço”, defasagem das tabelas de valores dos convênios (recursos estruturais e financeiros insuficientes), troca de valores, burocracia governamental, imagem excluí – discriminação, burocracia para filantropia e extravio de recursos e papéis.

Fonte: Autores. com base em Teixeira, Costa Beber & Vitcel (2007).

A partir daí, implementou-se a Rede de Integração Social, que estabeleceu como sua *visão* ser referência estadual na articulação de ações sociais e no estímulo à responsabilidade social das organizações, e como *missão* fortalecer e valorizar as entidades socioassistenciais da Rede, oferecendo suporte e apoio para promover a capacitação e o desenvolvimento da rede e seus associados.

A Rede é regida pelo estatuto social que determina as diretrizes de funcionamento, deveres e obrigações dos membros da diretoria bem como das entidades associadas, enfatizando também suas finalidades principais, que são: assistir, orientar, instruir e estimular a cooperação das associadas (ONGs/OSCs), acerca das atividades da área socioassistencial.

Estas finalidades são promovidas e encorajadas por meio de ações que possam despertar o espírito de parceria e solidariedade, promovendo assim a defesa dos interesses, a integração e a cooperação entre as associadas, além de promover a valorização do ser humano, o aperfeiçoamento e a difusão das práticas, das ações, dos produtos e serviços desenvolvidos pelas organizações sociais⁵. Tem, portanto, o propósito de atuar em parceria com as entidades associadas, oferecendo suporte e subsistência, contribuindo para sua sobrevivência econômica e o fortalecimento de suas estruturas.

No parágrafo segundo do estatuto, a rede propõe promover meios para o fortalecimento de suas entidades associadas:

⁵ As informações referentes ao funcionamento legal da rede foram extraídas do estatuto redigido em 2006.

Gerenciar e assessorar ações, negócios e serviços às associadas; prestar serviços de natureza jurídica, técnica, informativa, econômica, fiscal e social de interesse comum das associadas; planejar e orientar na execução e adequação das entidades socioassistenciais associadas em entidades homogêneas, no que diz respeito a aspectos visuais, metodologia de serviços, etc.; através de pessoas físicas ou jurídicas, prestar serviços específicos de necessidades às associadas, especialmente de consultoria; oferecer treinamentos operacionais às associadas e seus empregados; negociar, em favor das associadas, com seus parceiros e fornecedores, a fim aumentar o poder de barganha no mercado; e defender, amparar, orientar e coligar os interesses de suas associadas, em consonância com as leis vigentes no País, podendo, para tanto, representá-las ou assisti-las, individual ou coletivamente, judicial ou extrajudicialmente, desde que devidamente autorizada por 2/3 de sua diretoria (Rede, 2006).

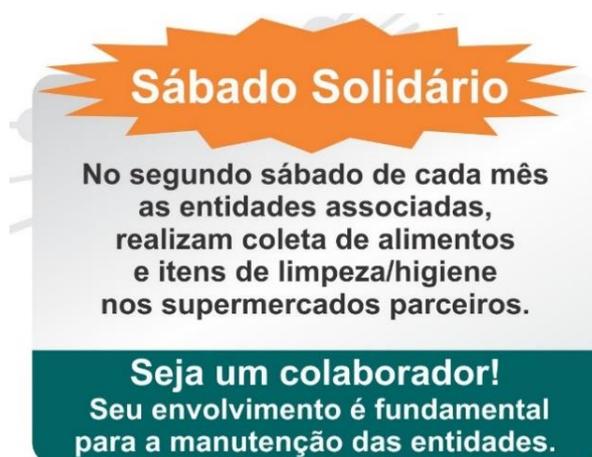
Dentre outras obrigações e considerações dispostas no Estatuto, cabe referir a composição da diretoria definida no Artigo 17, que prevê a seguinte estrutura: Presidente, Vice-Presidente, Secretário e Tesoureiro, todos devendo obrigatoriamente ser representantes legais das entidades associadas. A duração do mandato é de dois anos, devendo haver no término de cada mandato a renovação de 50% (cinquenta por cento) de seus membros, sendo permitido apenas a recondução para mais um mandato do cargo da presidência. No entanto, na diretoria do mandato seguinte, fica vetada sua participação em qualquer posição.

A Rede hoje é composta por onze entidades estabelecidas no município de Ijuí, devidamente legalizadas. São instituições que amparam crianças, idosos, pessoas em tratamento oncológico, pessoas com necessidades especiais, enfim, são todos que de alguma forma estão em situação de vulnerabilidade social.

Cada instituição, além de suas próprias ações, está envolvida em trabalhar ações conjuntas com as entidades associadas à rede. Os associados reúnem-se toda terceira terça-feira de cada mês a fim de estabelecer as atividades coletivas e promover a coletividade.

A ação principal ocorre durante o ano todo, sempre no segundo sábado de cada mês, quando acontece a arrecadação intitulada Sábado Solidário (Figura 2). Neste evento, as entidades, previamente escaladas, e em parceria com supermercados apoiadores, realizam a coleta de alimentos e/ou produtos de higiene e limpeza, sendo que somente no ano 2019 foram arrecadados cerca de 26 toneladas de produtos. Estas atividades são protagonizadas por voluntários e/ou funcionários das instituições associadas, que solicitam o apoio dos clientes que circulam nestes estabelecimentos.

Figura 2. Propaganda Sábado solidário.



Fonte: Propaganda extraída de folder institucional da Rede.

O exemplo do material publicitário da Figura 2, demonstra a importância desta ação, haja vista que buscam publicizar ao máximo esta atividade, a qual ganhou força em 2019, e houve uma maior adesão por parte da sociedade, que passou a ter um olhar diferenciado aos voluntários que ficam nas portas dos mercados para solicitar a contribuição. Essa constatação foi possível, pois foi contextualizado pelos associados nas reuniões, onde apresentaram o aumento na arrecadação e uma melhor receptividade por parte da comunidade.

Ainda, durante o ano buscam promover capacitação aos seus colaboradores, por meio de palestras que enfatizam o importante papel das ONGs/OSCs no cenário do Terceiro Setor, bem como, a importância do voluntariado nas ações que ajudam no fortalecimento destas entidades, pois sem o voluntariado, seria difícil desempenhar todo o papel destas organizações, bem como ampliar os serviços oferecidos aos seus atendidos.

Para aumentar a visibilidade do trabalho, tanto da rede como de suas associadas, buscam sempre publicizar as ações realizadas pelas mesmas, seja nas redes sociais, ou nos meios de comunicação que estão sempre abertos para apoiar as iniciativas.

5. Resultados e Discussões

Para avaliar uma Rede de Cooperação e entender todo o processo e dinâmica de sua formação e desenvolvimento, é fundamental que se conheça seus participantes, suas competências, conhecimentos, recursos e, principalmente, suas conexões.

Conforme visto no referencial teórico, um dos principais objetivos de se organizar uma rede, é que a mesma possa fortalecer seus associados, oportunizando seu crescimento,

sua visibilidade. Desta forma, as mesmas conseguem manter seus serviços e suas estruturas com qualidade.

Assim, verifica-se que a cooperação estratégica entre organizações do Terceiro Setor também parte da ideia de articular e fortalecer a prestação de serviços de cunho social, buscando assegurar a sustentabilidade das entidades e, por conseguinte, promover maior visibilidade e respeitabilidade ante a sua comunidade, diferentemente das redes com organizações do segundo setor, que visam o aumento da lucratividade.

Neste sentido, este trabalho focou em analisar uma rede de organizações, que atua no município de Ijuí, RS/Brasil, que tem por objetivo fortalecer instituições que atuam no terceiro setor, reunindo organizações da sociedade civil. A Rede é composta por onze instituições, nove das quais responderam os questionários com questões tipo escala likert e questões abertas. No entanto, a observação participante de um dos pesquisadores por mais de dois anos na rede, possibilitou uma análise ampla da trajetória da rede, proporcionando uma visão aprofundada do trabalho realizado pela rede e seus associados.

Assim, com base nos resultados obtidos por meio da aplicação do questionário (Quadro 5), foi possível fazer um levantamento da atuação da rede e a interação com seus associados.

Quadro 5. Percepções dos associados sobre a importância do trabalho realizado pela Rede.

PERGUNTAS	RESULTADOS				
	DT	DP	NDNC	CP	CT
1.O trabalho realizado pela rede fortalece sua instituição financeiramente?	0	0	0	3	6
2.As ações realizadas pela rede proporcionam visibilidade para sua instituição?	0	1	0	1	7
3.Na sua opinião, a rede cumpre com os objetivos para os quais foi criada?	0	1	0	3	5
4. A rede propõe metas anuais para ações conjuntas com as entidades associadas?	0	0	2	2	5
4.1 Se sim, elas são cumpridas?	0	0	2	5	2
5. Sua entidade compreende a importância do trabalho realizado pela Rede?	0	0	0	1	8
6. A Entidade conhece as diretrizes de funcionamento da rede constadas no estatuto?	0	2	0	4	3
7. O atual cenário da Covid-19 (Corona vírus), impactou negativamente nas ações da rede?	0	1	0	1	7
Legenda: DT (Discordo Totalmente) – DP (Discordo Parcialmente) - NDNC (Não Discordo, Nem Concordo) – CP (Concordo Parcialmente – CT (Concordo Totalmente)					

Fonte: Autores, com base nos resultados da pesquisa com os associados da Rede.

A partir da análise do Quadro 5, constatou-se que no geral o trabalho realizado pela rede é visto como sendo muito importante para as instituições associadas, principalmente no

questo fortalecimento e visibilidade, o que, pelo menos para seis instituições também proporciona uma melhoria financeira.

A partir do Quadro 5, ainda é possível verificar mais três pontos cruciais. O primeiro relaciona-se ao questionamento sobre “se a rede propõe ações conjuntas e se elas são cumpridas”. Neste quesito se verificou que a maioria entende que sim, que a rede faz este papel de propor estas ações, mas nem sempre elas são concretizadas.

O segundo ponto é sobre o “conhecimento do estatuto pelas associadas”. Observou-se que apenas três têm a compreensão das diretrizes estabelecidas no estatuto, sendo que quatro conhecem parcialmente e duas muito pouco. Verifica-se que este documento precisa ser melhor abordado com as associadas, pois isto possibilitará uma sinergia entre as mesmas, bem como um conhecimento mais aprofundado destas dinâmicas.

Sobre o terceiro ponto, e talvez o que mais impactou, é que o cenário atual de pandemia (Covid-19) tem sido prejudicial para sete das nove entrevistadas, afetando a principal ação realizada pela Rede, que é a arrecadação de alimentos do Sábado Solidário.

A ação do Sábado Solidário, foi apontada pelos associados⁶ A2; A3, A5; A6; A7 e A9, como sendo a principal atividade realizada pela Rede, o que contribuiu para o reabastecimento da despensa, e para alguns, ainda viabilizou a organização de cestas básicas para seus atendidos.

Acerca desta ação, a associada A4 sugeriu que se possa buscar mais mercados parceiros para a realização desta atividade. Analisando esta resposta, se verifica que com mais mercados apoiando o projeto, haveria aumento da arrecadação das entidades, bem como, aumentaria a visibilidade para outros públicos ainda não atingidos.

A associada A1 aponta que todas as ações realizadas pela rede são de grande importância: “*vimos que todas as ações realizadas pela Rede são de suma importância, visto que trazem maior visibilidade e credibilidade por parte da sociedade, tendo assim apoio da mesma para ações específicas de cada instituição*”. Esse relato evidencia que as ações da Rede estão de acordo com o referencial teórico deste estudo, pois estas ações oportunizam que a associada tenha êxito em ações realizadas pela própria entidade, decorrentes da visibilidade proporcionada pela rede.

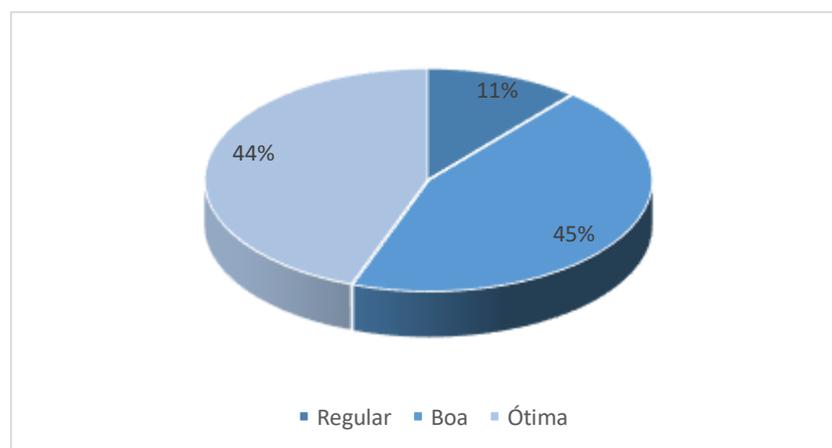
Ainda, uma associada entende que as próprias reuniões mensais se constituem em ação importante realizada pela rede, ainda que previstas no estatuto, pois possibilitam a interação

⁶ Foram estabelecidas as seguintes siglas para preservar a identidade dos entrevistados: Associado 1 – A1; Associado 2 – A2; Associado 3 – A3; Associado 4 – A4; Associado 5 – A5; Associado 6 – A6; Associado 7 – A7; Associado 8 – A8 e Associado 9 – A9.

entre as associadas: “A reunião mensal entendo que é uma ação, pois nela temos a possibilidade de esclarecer e planejar ações de divulgação e de operacionalização da rede. É um momento de fortalecimento entre as instituições na troca de ideia, das necessidades e oportunidades (A8)”.

Sobre a Relação da Rede com seus associados, se verifica que 11% dos associados veem esse relacionamento de forma *regular*, enquanto 44% a classificam como *boa*, e 45% como *ótima* (Gráfico 1), indicando que há uma boa comunicação/relação entre os associados e a Rede.

Gráfico 1. Respostas sobre o relacionamento da rede com seus associados.



Fonte: Autores, com base nos resultados da pesquisa com os associados da Rede.

Sobre o perfil dos associados, constatou-se que o tempo de atuação da maioria das associadas na Rede de 10 a 14 anos. Apenas duas associadas estão integradas à Rede há menos de três anos. Das nove respondentes, sete tem sede própria e apenas duas recebem verba do Governo. Sete atuam com um quadro de funcionários e todas elas contam com o apoio de voluntários. Todas são constituídas legalmente, pré-requisito principal para ser aceito pela Rede.

Assim, em aderência ao referencial teórico apresentado neste estudo, se constata que ao analisar a Rede, a mesma oportuniza uma boa visibilidade às suas associadas, e que suas atuações acabam por fortalecer as mesmas, fazendo com que as ações de cunho específico de cada associada as empoderam até mesmo financeiramente.

De acordo com Smith-Doerr e Powell (2005), a constituição e atuação em redes organizacionais revelam-se em estratégias que impactam positivamente na vida econômica de suas associadas, oportunizando vantagens competitivas, o que, no caso da Rede Social,

contribui para que tenham um aumento da visibilidade e apoio na manutenção de suas estruturas e serviços.

Neste contexto, a formação de alianças se torna benéfica e propiciam uma interlocução entre um ambiente micro e macro (Granovetter, 1973), tendo por base as afinidades relacionais entre os sujeitos/indivíduos dentro de uma estrutura organizacional em formato de redes (Marteleto & Oliveira E Silva, 2004). A inter-relação entre organizações integrantes de redes facilita a construção de ações que venham a fortalecer todos os associados (Rodrigues, 2006). Esses relacionamentos de rede podem ainda ser estabelecidos por necessidade mútua, mas também podem levar à interdependência (Smith-Doerr & Powell 2005), fazendo com que cada indivíduo se torna relevante como sendo um edificador de mundos, ou de mundos comuns (Arendt, 2015).

Com isso, verifica-se que esses indícios sobre as organizações em rede, elencados pelos autores do referencial teórico, vem ao encontro dos achados na Rede estudada, pois se observou que, quando instituições e pessoas se organizam, as mesmas se tornam mais competitivas, aumentando sua visibilidade, acarretando no desenvolvimento de suas instituições, em sua capacidade de sustentabilidade financeira, bem como de manutenção de suas estruturas e serviços.

Como afirma Tenório (2008), a institucionalização do terceiro setor (organizações da sociedade civil sem fins lucrativos) tem sido discutida desde meados de 1970 e vem se intensificando nos últimos anos. Desde modo, se percebe a importância que o Terceiro Setor tem recebido, contribuindo na profissionalização das organizações, em especial quando reunidas em Redes, para que haja o fortalecimento de todos os envolvidos.

6. Considerações Finais

Conclui-se que as dinâmicas das organizações em Rede contribuem para uma maior visibilidade e fortalecimento de seus associados, fortalecendo uma visão positiva da imagem das entidades, o que acarreta no êxito de ações realizadas individualmente pelas organizações integrantes e da própria rede.

Esta pesquisa tinha como objetivo principal analisar como as organizações do terceiro setor, que fazem parte desta rede de integração social, se organizam para sobreviver no mundo da solidariedade, a fim de apoiar as pessoas em situação de vulnerabilidade social, e neste quesito, houve a compreensão por parte dos pesquisadores, que, atuando em rede, cada

associada e a própria rede, avançam na melhoria da qualidade de vida dos atendidos pelas mesmas.

A investigação proporcionou aprofundamento teórico sobre redes e terceiro setor aos investigadores, bem como um melhor entendimento das dinâmicas da rede estudada.

Constatou-se que as atividades da Rede estão, de modo geral, em sintonia com os estudos abordados no referencial teórico. No entanto, há necessidade de se trabalhar mais as ações propostas de modo a efetivá-las. Além disso, as associadas da Rede precisam se apropriar do estatuto da mesma, o que pode contribuir para o melhor funcionamento da Rede.

As instituições que compõem a Rede são entidades que estão legalmente constituídas, e que já possuem um bom histórico de resultados e são detentoras de estruturas que trabalham com quadro de funcionários capacitados e voluntários, o que, acredita-se, é fator que contribui para o bom funcionamento da Rede.

Observou-se que, quanto mais as instituições e pessoas se organizam a fim de obter resultados mais eficazes e objetivos, que isto acontece, seja no ambiente micro ou macro, pois a troca de conhecimento possibilita essas ações e reações.

Um fator que ficou claro, é que a atual conjuntura de pandemia do Covid-19 que estamos vivenciando, tem causado reflexos negativos nas ações tanto da Rede como na individualidade de cada associada, fazendo que com todos passem a se reinventar para garantir a sustentabilidade financeira, a fim de não reduzir a qualidade, nem a quantidade dos serviços prestados.

Entende-se ainda, que estudos mais aprofundados seriam de grande valor, haja vista a relevância social que as instituições do Terceiro Setor têm na vida das pessoas (seus atendidos) e na sociedade.

Enfim, o estudo de caso da Rede Social vai ao encontro do que já se tem relatado na literatura sobre redes de cooperação, corroborando e comprovando estudos anteriores já realizados, que em sua maioria abordam a realidade das instituições que encontram nas organizações em Rede uma oportunidade de promover sua sobrevivência organizacional perante o atual contexto socioeconômico.

Referências

Alves, M. A. (2002, setembro). Terceiro Setor: as origens do conceito. *Anais do XXVI Encontro da Associação Nacional de Programas de Pós-graduação em Administração (EnANPAD)*, Salvador, BA, Brasil.

Arendt, H. (2004). *O que é política?* (5a ed.), Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Arendt, H. (2015). *A condição humana*. Tradução Roberto Raposo. (12a ed.), Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Bardin, L. (1997). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.

Camus, A. (2014). Les relations entre les organisations du tiers secteur et du secteur public: recension des principales approches conceptuelles. In Klein, J. L., Rauflet, E. (dir.). *Innovation sociale et lutte contre la pauvreté: modèles de gouvernance et de développement territorial*. Cidade: Revue Interventions économiques, 42-59.

Cazumbá, N. (2018). *Terceiro Setor: conceitos e responsabilidades*. Curitiba: Nossa Causa. E-book. Recuperado de <https://nossacausa.com/ebook-conceitos-e-responsabilidades-no-terceiro-setor/>.

Coelho, S. T (2000). *Terceiro setor: um estudo comparado entre Brasil e Estados Unidos*. São Paulo: Senac.

Costa, A. L., Rosa, S. T (2003, Setembro). Análise comparativa da eficiência e eficácia de gestão entre organizações do terceiro setor e organizações governamentais: um estudo de casos múltiplos nos serviços de educação infantil. *Anais do XXVII Encontro da Associação Nacional de Programas de Pós-graduação em Administração (EnANPAD)*, Atibaia, SP, Brasil.

Creswell, J. W. (2010). *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. (3a ed.), Porto Alegre: Artmed.

Cunha, J. A. C. da, Passador, J. L. Passador, C. S. (2011, Julho). Recomendações e apontamentos para categorizações em pesquisas sobre redes interorganizacionais. *Cadernos Ebape.BR*, 9(4), 505–529.

Dimaggio, P. J., Powell, W. W. (1983). The Iron Cage revisited institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields. *American Sociological Review*, 48(2), 147-160.

Dutra, P. H., Ciro, M. S., Carlos, A. D., Agnaldo, K. H. (2020, Abril). A estratégia de desenvolvimento local pela atuação em rede do poder público com as organizações da sociedade civil: uma revisão integrativa. *Research, Society and Development*, 9(6), e120962681. <https://doi.org/10.33448/rsd-v9i6.2681>.

Fernandes, R. C (1997). *O que é o Terceiro Setor?* São Paulo: Paz e terra.

Godoi, C. K., Bandeira-de-Mello, R., Silva, A. B. de. (Orgs.) (2006). *Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos*. São Paulo: Saraiva.

Granovetter, M. S. (1973, Maio). The Strength of Weak Ties. *The American Journal of Sociology*, 78(6), 1360-1380.

Gulati, R., Nohria, N., Zaheer, A. (2000). Strategic networks. *Strategic Management Journal*, 21(3), 203-215.

Hedaa, L., Törnroos, J. (2008). Understanding event-based business networks. *Time & Society*, 17(2/3), 9-348.

Herckert, R. C. (2008). *Redes no Terceiro setor: Condições favoráveis à transferência de conhecimento*. 253 f. Tese (Doutorado em Engenharia) – Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. São Paulo.

IPEA (2018). *Mapa das Organizações da Sociedade Civil*. Recuperado de <https://mapaosc.ipea.gov.br/>.

Marteleto, R. M. (2001, jan./abr.). Análise e redes sociais: aplicação nos estudos de transferência da informação. *Ciência da Informação, Brasília*, 30(1), 71-81.

Marteleto, R. M., Oliveira e Silva, A. B. (2004, set./dez.). Redes e capital social: o enfoque da informação para o desenvolvimento local. *Revista Ciência da Informação*, 33(3), 41-49.

Minayo, M. C. S. (Org.) (2001). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes.

Ordanini, A., Rubera, G., Defillippi, R. (2008). The many moods of inter-organizational imitation: a critical review. *International Journal of Management Reviews*, 10(4), 375-398.

Pereira, A. S., Shitsuka, D. M., Parreira, F. J., Shitsuka, Ricardo (2018). *Metodologia da pesquisa científica* [recurso eletrônico]. Santa Maria: UFSM, NTE. Recuperado de https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/15824/Lic_Computacao_Metodologia-Pesquisa-Cientifica.pdf?sequence=1.

Pessoa, M. R. (2015). *Regulamentação Jurídica do Terceiro Setor*. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) – Claretiano Faculdade, Rio Claro.

Pinto, Á. M. G., Junqueira, L. A. P. (2009, set./out.). Relações de poder em uma rede do terceiro setor: um estudo de caso. *Revista de Administração Pública*. 43(5), 1091-1116.

Redes de Cooperação. *SEDETUR*. [s.d.]. Recuperado de <https://sedetur.rs.gov.br/redes-de-cooperacao>.

Rede de Integração Social (2006). Estatuto.

Rodrigues, M. L. A (2006). *Construção de Redes de Proteção dos Direitos*. Cartilha do Curso de Formação de Conselheiros em Direitos Humanos. Curitiba.

Smith-Doerr, L., Powell W. W. (2005). Network and Economic Life. In Smelser N. J., Swedberg R (editors). *The handbook of economic sociology*. (2a ed.), New Jersey: Princeton University Press, 379-396.

Stake, R. E. (2011). *Pesquisa qualitativa: estudando como as coisas funcionam*. Porto Alegre: Penso.

Teixeira, E. B., Costa Beber, M., Vitcel, M. S. (2007, Outubro). Cooperação entre Organizações do Terceiro Setor como Estratégia de Sustentabilidade: O Caso da Rede Integração Social. *Anais do XXVII Encontro Nacional de Engenharia e Produção (Enegep)*, Foz do Iguaçu, PR, Brasil.

Tenório, G. F. (2008). *Um espectro ronda o terceiro setor: o espectro do mercado*. Ijuí: Unijuí.

Yin, R. K (2005). *Estudo de Caso: planejamento e métodos*. Porto Alegre: Bookman.

Zanco, A. M., Corbari F., Alves A. F. (2018, jan./jun). Conexão entre as teorias de redes e as redes solidárias. *Revista GeoPantanal*, Nº. 24, 233-250.

Porcentagem de contribuição de cada autor no manuscrito

Taciana Angélica Moraes Ribas – 35%

Sérgio Luis Allebrandt – 15%

Marcel Metogbe – 10%

Argemiro Luis Brum – 10%

Maria Margarete Baccin Brizolla – 10%

Roseli Fistarol Krüger – 10%

Kátia Michele Maroski – 10%